

O Brasil e a City

RUBENS ANTONIO BARBOSA

Londres é um dos centros formadores do que se poderia chamar de "opinião global", muito especialmente no universo da economia e das finanças. Basta recordar que aqui são editados o jornal "Financial Times" e o semanário "The Economist", duas das três publicações de maior peso junto aos responsáveis por decisões econômicas em todo o mundo. Este fato faz das percepções da praça londrina um dado essencial no complexo dia-a-dia dos mercados globalizados, particularmente em períodos de turbulência como os que o sistema financeiro mundial tem vivido. E qual seria, atualmente, essa visão da chamada City, em relação aos chamados "mercados emergentes"?

Os especialistas são perfeitamente capazes de compreender as diferenças entre a América Latina, a Ásia e a África e, dentro de cada uma dessas regiões, de distinguir a realidade específica dos países. No caso que nos interessa mais de perto, os profissionais da praça de Londres diferenciam claramente o Brasil no contexto latino-americano. Eles conhecem as nossas vantagens estruturais e conjunturais. São capazes de compreender com tranquilidade decisões como as recentemente adotadas para conter temporariamente a importação de determinados produtos, medidas que não produziram na City efeitos negativos em termos de decisão sobre investimentos.

Não há como evitar, porém, que os eventos no México e as dificuldades que a Argentina está superando agora contaminem a percepção da região como um todo, e que gerem certa relutância em investir, inclusive no Brasil. Assim, é certo que teremos, como já estamos tendo, uma redução do fluxo de investimentos estrangeiros. Mas há um dado positivo que demonstra a distinção que se faz do nosso país: enquanto no ano passado, nos fundos de investimento da América Latina, o Brasil era destinatário de cerca de 20% a 25% do total, hoje nossa fatia nesses mesmos fundos se elevou para a faixa dos 45%, passando a liderar os demais países; vários bancos ingleses decidiram abrir escritórios no Brasil, mesmo antes de as reformas constitucionais serem aprovadas. De outra parte, o crescente interesse de empresas europeias na privatização de empresas

brasileiras é evidenciado pela encomenda de estudos antes mesmo do desencadeamento do processo.

Os investidores aguardam, entretanto, sinais positivos que reforcem essa diferenciação do Brasil e justifiquem ações concretas de aplicação. E o fato mais importante que se espera é a aprovação das reformas da Constituição propostas pelo Governo federal, com ênfase na mudança dos dispositivos que hoje dificultam ou impedem a participação do capital estrangeiro em certas áreas — como as das telecomunicações, do petróleo, da geração de energia e da



navegação de cabotagem — mas também daquelas normas constitucionais que hoje afetam negativamente o quadro fiscal e tributário. Há muita expectativa, igualmente, quanto ao andamento do processo de privatização e à implementação da lei de concessão de serviços públicos. Na verdade, não se trata apenas de criarmos condições propícias ao investimento estrangeiro, mas acima de tudo de sermos capazes de contar com indispensável afluxo de poupança externa para ajudar a financiar a já tardia atualização de nossa infra-estrutura básica em esca-

la capaz de viabilizar a retomada do crescimento sustentado. O Brasil, sozinho, apenas com seus meios, não será capaz de fazer tudo o que precisa ser feito, com urgência cada vez maior. Nós sabemos disto e os investidores de fora também.

A aprovação das reformas terá, assim, duas consequências fundamentais: primeiro, a elevação gradual e segura dos níveis de investimento externo; segundo, a aplicação de uma parcela crescente desses recursos diretamente no setor produtivo, com maior ênfase no longo prazo e sem o caráter especulativo que hoje torna preocupantemente instável o mercado financeiro global.

A situação é muito clara. O Brasil não tem alternativa. Não há no mundo de hoje segundas e terceiras vias. Nem mesmo as nações mais ricas e poderosas podem prescindir de uma inserção eficiente e favorável na economia mundial. O Brasil precisa de recursos externos para levar adiante o seu desenvolvimento e somente será capaz de atraí-los se estabelecer aqui um ambiente político, econômico e jurídico que ofereça condições mínimas de viabilidade e previsibilidade para esses investimentos. O Congresso Nacional está diante do desafio de permitir que o Brasil recupere o tempo perdido e as oportunidades desperdiçadas. As crises recentes em outros países não devem servir de justificativa para deixar de fazer. Elas servem, ao contrário, para nos apontar as armadilhas, para nos ensinar o caminho certo.

Na City de Londres, como em todo o mundo, a expressão "mercados emergentes" teve uma conotação altamente positiva nos últimos anos. Até a chegada do Real, o Brasil era visto como uma exceção negativa naquele ambiente de oportunidades atraentes em que investidores e destinatários de investimentos baixaram a guarda e, como se tem visto, cometeram dolorosas imprudências. Hoje, "mercado emergente" tornou-se sinônimo de alto risco. O Brasil tem agora a oportunidade de fazer as reformas que todos sabemos necessárias e de oferecer ao mundo uma nova concepção de "mercado emergente", como sinônimo de estabilidade macroeconômica e crescimento acima da média internacional, sustentado por forte consenso interno decorrente de melhoras sensíveis da qualidade de vida dos brasileiros.

Rubens Antonio Barbosa é embaixador do Brasil em Londres.